Capítulo 103

O Brasil de hoje: a Nova República

A chamada Nova República começou no dia 15 de março de 1985. Não podia haver início mais trágico. O presidente eleito Tancredo Neves, doente, não pôde tomar posse e morreria menos de 40 dias depois, no dia de Tiradentes: 21 de abril. O fato surpreendente agravou as dificuldades econômicas e políticas que o novo governo civil iria enfrentar, tendo à frente o vice de Tancredo, José Sarney.

Saudada com júbilo e esperança, apesar dos pesares, a Nova República passou a tomar medidas político-administrativas e institucionais, destinadas a substituir o regime militar por nova ordem legal. O Congresso aprovou a criação de uma comissão interpartidária para encaminhar o que se chamou de remoção do entulho autoritário. Isto é, eliminação de leis, decretos e elementos constitucionais mais expressivos do autoritarismo militar que se ia. Eram a busca pela redemocratização e a preparação de terreno para a futura Assembléia Constituinte. As principais medidas tomadas pela comissão:

- restabelecimento de eleição direta para presidente, prefeituras de capitais de Estados e municípios que a ditadura militar havia considerado "áreas de segurança nacional";
- extensão do direito de voto aos analfabetos;
- legalização dos partidos clandestinos e liberdade plena para a criação de novas agremiações políticas;
- extinção da fidelidade partidária, princípio que impedia os parlamentares de votar contra decisões partidárias, sob pena de perder o mandato;
- reabilitação de diretorias sindicais cassadas pelos militares.

Persistiam a *Lei de Segurança Nacional* e a *Lei de Greve*, mas respirava-se clima de maior liberdade e respeito pela cidadania. A sociedade alimentava esperança de reformas econômicas, sociais e políticas, mesmo reconhecendo as origens conservadoras do pacto político que fizera nascer a Nova República. A expectativa começou a esvaziar-se entre 1985 e 1986, com o agravamento da crise e a lentidão na tomada de decisões fundamentais, especialmente a convocação da Assembléia Constituinte. O governo tentou deter a crise com o *Plano Cruzado*, um fracasso apesar da euforia inicial que causou, conforme vamos ver no próximo capítulo. O governo Sarney obteve do Congresso, em junho de 1985, a aprovação de emenda constitucional, que atribuía poderes constituintes ao futuro Congresso Nacional, a eleger-se em novembro de 1986. A solução nem de longe satisfez as aspirações políticas da sociedade.

1. O Congresso Constituinte

Desde a década de 1970, as forças democráticas reivindicavam uma Assembléia Nacional Constituinte, como parte do programa de restauração do Estado de Direito — compreendido como o regime democrático e constitucional, em que as regras político-jurídicas estão estabelecidas legitimamente como expressão da vontade da maioria da sociedade. Só pela Constituinte, a sociedade poderia estabelecer a nova ordem democrática, objetivo final da transição brasileira.

Após intenso debate parlamentar, com ampla repercussão na imprensa, no movimento sindical, nos órgãos representativos do empresariado e dos trabalhadores, o Congresso aprovou o projeto do governo: em lugar da Assembléia Nacional Constituinte específica e exclusiva, um Congresso Constituinte, com parlamentares que continuariam a exercer seus mandatos normalmente após a aprovação da nova Carta. A solução representou a vitória das forças que sustentavam a transição conciliadora, mas também provocou grande insatisfação.

Para amplos setores democráticos mais à esquerda, ligados a lutas populares e articulados em torno do PT, PDT, partidos comunistas e parte do PMDB, a Assembléia Constituinte só seria soberana se funcionasse fora e acima do próprio Congresso. Incorporá-la ao Congresso iria condicionar seu funcionamento, reduzir-lhe a soberania e enfraquecê-la.

Para os que aprovaram o projeto do governo, quase todos do PMDB e PFL, o fundamental era instalar a Constituinte, mesmo incorporada ao Congresso eleito em 1986, e completar a transição com a nova Carta, mesmo aprovada por Assembléia não-exclusiva. Como na derrota das diretas em

1984, prevaleceram as forças políticas que davam sustentação à transição conciliadora. Também falou mais alto a tradição conservadora, pois as Constituintes anteriores em sua maioria foram eleitas e funcionaram como Congressos Constituintes.

O Congresso Constituinte compunha-se de 559 deputados federais e senadores, inclusive o terço do Senado não-renovado em novembro de 1986. Instalado em 1º de fevereiro de 1987, passou a discutir oito temas básicos:

- Soberania e Direitos do Homem;
- Organização do Estado;
- Sistema de Governo;
- Eleições;
- Sistema Tributário e Financeiro;
- Ordem Econômica;
- Ordem Social e Família;
- Educação e Cultura.

Os intensos debates envolveram de início o regimento, os procedimentos da Comissão de Sistematização e o direito de iniciativa popular, isto é, o direito de os cidadãos apresentarem propostas e emendas. Também foram intensas as pressões dos *lobbies*, os grupos organizados para representar setores e forçar a aprovação de decisões de acordo com seus interesses.

A Constituição de 1988

O Congresso Constituinte levou 607 dias para apresentar a nova Carta, promulgada em 5 de outubro de 1988. Extensa, com 245 artigos e mais 70 das Disposições Transitórias, espelhava fielmente a correlação de forças da sociedade brasileira no momento. O comentarista político Villas-Bôas Corrêa escreveria:

"O povo não esperava muito e, pelo visto, não acredita na presente Constituição que é mais sua do que nenhuma outra".

Com avanços, ao lado de posições conservadoras, a Constituição de 1988 reflete conflitos sociais ainda fortes, dentro do processo de modernização do país; e reflete o nível de organização dos agentes sociais. Há um progresso em questões político-institucionais, por exemplo em relação à defesa do regime democrático e aos direitos civis; mas não em questões econômicas e sociais, como a reforma agrária, que o texto constitucional praticamente impede.

O texto apresenta-se ambíguo em muitos pontos, o que se deve ao jogo de interesses muitas vezes cartorialistas, ou seja, interesses restritos ou reservas de mercado, através de privilégios concedidos pelo Estado; ou pelos interesses corporativistas. Outra fraqueza da Carta de 1988 está em que, para tornar-se efetiva na prática, depende ainda de uma demorada e complicada regulamentação pelo Congresso Nacional. A tentativa de revisão marcada para 1993 fracassou. Enquanto as leis complementares não puserem para funcionar plenamente a nova Constituição, sua eficácia como instrumento de modernização e democratização continuará reduzida.

2. Collor x Lula

No final de 1989, entre a euforia e a expectativa, o povo votou na primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Nem as graves dificuldades econômicas impediram a intensa mobilização dos partidos e do eleitorado. No primeiro turno, em 15 de novembro, apresentaram-se nada menos que 21 candidatos, representando 30 partidos e disputando o voto de mais de 82 milhões de eleitores.

Pela primeira vez, participavam os analfabetos e os jovens entre 16 e 18 anos. Metade dos eleitores não tinha o primeiro grau completo; 75% tinham renda inferior a dois salários mínimos; 90% não eram sindicalizados. Uma pesquisa mostrou que, pouco antes da eleição, 20% dos eleitores nem sequer conheciam o nome do então presidente, José Sarney.

Havia pobreza e ignorância entre os eleitores, mas não era muito melhor a realidade entre os partidos, pouco conhecidos e, em sua maioria, formados apenas para lançar candidatos com inexpressiva base política — portanto, com pouca representatividade e legitimidade. Além disso, as regras da campanha, especialmente propaganda gratuita de rádio e tv, continuavam as mesmas do período autoritário. Com isso, a interferência do poder econômico manteve-se forte e condicionou os resultados.

No segundo turno, em 17 de dezembro de 1989, apresentaram-se os vencedores do primeiro: Fernando Collor de Mello, originário de oligarquias tradicionais do Nordeste e apoiado por grandes grupos empresariais, e Luís Inácio Lula da

Silva, o *Lula*, candidato enraizado no movimento sindical e apoiado pelos setores mais progressistas. Lula era a maior novidade da eleição: pela primeira vez na história brasileira, um operário participava da disputa pela presidência da República com chances de vencer.

Os partidos mais à direita, como PDS, PFL e PTB, apoiaram Collor; Lula teve o apoio dos partidos mais à esquerda, como PDT, PSDB e PCB. As pesquisas mostravam Collor na frente quando começou a campanha para o segundo turno. Após um primeiro debate pela tevê, em que Lula se mostrou mais agressivo, Collor sentiu o adversário em seus calcanhares. Intensificou os ataques a Lula e chegou às ofensas pessoais. No segundo debate, Collor procurou identificar Lula com o comunismo, o passado, e o acusou de inculto. A TV Globo deu apoio ostensivo a Collor. Na semana das eleições, um fato exerceu influência decisiva, especialmente sobre a classe média paulista: ao anunciar a libertação do empresário Abílio Diniz, que havia sido seqüestrado, autoridades atribuíram o crime a elementos ligados ao PT. O resultado da votação foi este:

Collor	*35 089 998*	*42,75%*
Lula	*31 076 364*	*37,86%*
Abstenção	*11 814 017*	*14,40%*
Brancos	*986 446*	*1,20%*
Nulos	*3 107 893*	*3,79%*

Não se contestou a vitória de Collor, obtida em campanha realizada segundo as regras vigentes. Mas era a vitória de um candidato de frágil base partidária: seu partido, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), não passava de um artifício eleitoral; nele se reuniram figuras conservadoras das mais conhecidas, que o jovem candidato alagoano garantia que iria combater. Ele convenceu os eleitores, especialmente os mais pobres, a apostar em suas promessas de moralização da administração pública, de recuperação econômica e de modernização do país — esta última promessa, associada à própria juventude do candidato.

O novo governo tomou posse em 15 de março de 1990 num contexto de ambigüidade e preocupação. Com presidente eleito pelo voto e nova Constituição, encerrava-se a longa e penosa transição, e o Brasil voltava aos trilhos da democracia. Mas havia a inflação, a dívida externa, a má distribuição de renda, problemas de saúde e educação, problemas que se vinham agravando ao longo de toda uma década — desafios econômicos e sociais que pareciam ultrapassar a capacidade de ação do novo governo e de sua base político-partidária, fraca e conservadora.

Questões propostas

1. A que período da história brasileira contemporânea damos o nome de Nova República?

2. A Constituinte convocada em 1985 resultou em Assembléia Constituinte exclusiva, como pediam as oposições? De que tipo foi ela e o que representou?

3. Afirmou-se na época que a eleição e posse do novo presidente (1990) encerrava a transição brasileira. Justifique.

4. Qual foi a maior novidade na eleição presidencial de 1989?

5. Por que, mesmo vencendo as eleições com mais de 40% dos votos, Collor assumiu o governo num contexto de preocupação diante dos desafios que tinha pela frente?